



# **Câmara Municipal de Nova Monte Verde**

**Estado de Mato Grosso**  
**C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24**

**PARECER JURÍDICO 015/2023.**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023**



**Requerente:** Câmara Municipal de Nova Monte Verde

**Solicitante:** Setor de Licitação

**Assunto:** “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO FOTOVOLTAICO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE GERADOR FOTOVOLTAICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT.”

## **I- RELATÓRIO**

A Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, nos usos de suas atribuições, vem mui respeitosamente, a presença de Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador Manoel Zufino da Silva apresentar parecer jurídico quanto a **ADMISSIBILIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2023.**

Vem ao exame dessa Assessoria Jurídica, na forma do art. 38, VI e parágrafo único da Lei 8666/93, o presente processo administrativo, que visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO FOTOVOLTAICO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE GERADOR FOTOVOLTAICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

O pedido foi encaminhado, através do despacho, da Comissão Permanente de Licitação para a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, para análise e parecer.

Sobre o pedido passamos a opinar: Sabe-se que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como os pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente.

Desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

Justificativa a necessidade da contratação devido a Câmara Municipal não dispor no quadro de funcionários, nenhum profissional habilitado para a elaboração de Projeto de engenharia Elétrica (projeto de Energia Solar Fotovoltaico); análise da Unidade Consumidora (UC) para ver demanda, potência que deverá ser licitado, disponibilização de memorial descritivo, planilha orçamentária, termo de referência e todo anexo de forma separada e quaisquer documentos necessários para alimentação do sistema (GEO- OBRAS/TCE/MT, análise de atendimento junto a ENERGISA a demanda esperada. Devendo ainda, fiscalizar a execução do objeto de contrato com a empresa vencedora, com visita e emissão de parecer/relatório e demais documentos necessários até a entrega definitiva do objeto.

*[Handwritten signature]*



# **Câmara Municipal de Nova Monte Verde**

**Estado de Mato Grosso**  
**C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24**



A empresa contratada obriga-se a entregar os *serviços* descritos no termo de referência desta dispensa.

Instruem o pedido: Portaria nº 003/2023- nomeia Comissão Permanente de Licitação (fls.001); Comunicado Interno do Departamento de Compras solicitando a aquisição dos serviços e produtos (fls.002); Termo de Referência (fls.003/004); Pedido n. 42/2023 (fls.005); orçamentos (fls.006/008); balizamento (fls. 009); Comunicado Interno do Departamento de Compras informando a cotação de preços e empresa que apresentou orçamento mais vantajoso para o Município (fls. 010); Comunicado Interna do Presidente solicitando verificação do saldo orçamentário (fls. 011); Comunicação Interna do Departamento de Contabilidade informando a Dotação e Saldo Orçamentário (fls. 012); Despacho do Gabinete do Presidente autorizando a aquisição (fls.013); Justificativa da Dispensa de licitação nº 005/2023(fl.014/015); Característica da Situação(fl.016); Razão da Escolha do Fornecedor(fl.017); Justificativa do Preço (fls.018); Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- comprovante de situação cadastral (fls. 019/020); Certificado de Regularidade do FGTS-CRF (fls.021); Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (fls.022); Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (fls.023); Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e não Tributários junto à SEFAZ e a PGE do Estado de Mato Grosso (fls.024); Certidão Negativa de Débito Municipal (fls.025); Alvará de localização e funcionamento (fls.026/027); documentos de constituição da empresa – ME - requerimento do empresário, declaração de enquadramento de ME perante a Junat Comercial do Estado de Mato Grosso, contrato social e suas alterações (fls. 028/075), documentos pessoais, Registro Nacional Profissional junto ao Conselho Federal de Engenharia – CONFEA-CREA (Fls. 076/080); ata de sessão dispensa de licitação n.º 005/2023 (fls.081); minuta do contrato (fls.082/087) Comunicação interna solicitação de parecer jurídico (fls.088).

Eis a síntese do necessário. Passa-se à apreciação.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Após análise minuciosa nos autos, procedi ao exame do expediente em anexo e conclui nos termos da Consulta, a possibilidade de utilização da modalidade dispensa para aquisição dos *serviços* em tela.

A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre os princípios que regem a Administração Pública, estabeleceu em regra a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para as contratações de obras, serviços,



# Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso  
C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24



compras e alienações, denominada licitação, a teor do seu art. 37, inciso XXI, senão vejamos:

*“Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XXI- ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” g.n.”*

Entretanto, referido dispositivo constitucional ressalvou algumas situações excepcionais, nas quais haverá possibilidade da dispensa. Nos casos em que a lei autoriza a não realização da licitação diz se ser ela dispensável. A licitação dispensável tem previsão *no inciso I do artigo 24 da Lei 8666/93:*

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...) I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)”*

A lei é clara e não permite equívocos, apontando as hipóteses taxativas em que a dispensa pode e deve ser exercitada, não permitindo interpretações ampliadas para se eximirem da obrigatoriedade de licitar.

Neste sentido, destaque-se que optando pela dispensa da licitação, deverá a mesma justificar os motivos para tanto, devendo explicitar justificativas para a sua discricionariedade. Em atendimento ao interesse público, a fundamentação deve ser pormenorizada, demonstrando de forma indubitável os motivos que levaram o administrador a utilizar do seu juízo de oportunidade e conveniência.

Ademais, impende dizer que nos casos de dispensa da licitação deve demonstrar as vantagens obtidas com esta opção, bem como justificar o preço, vez que este deve ser compatível com o de mercado.

Consta nos autos, junto ao termo de referência, balizamento e orçamentos. Observamos que a Comissão responsável examinou o assunto e se pronunciou favorável a respectiva contratação. Foi realizada cotação de preços em 03 (três) empresas especializadas no ramo, sendo juntados aos autos três orçamentos, e após cotação observou-se que a empresa **J. FONSECA DOMICIANO & CIA LTDA** CNPJ.: 06.252.838/0001-59, apresentou orçamento de **MENOR PREÇO**, no valor de **RS 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**.

Vale destacar que não cabe a esta Assessoria questionar a veracidade ou



# Câmara Municipal de Nova Monte Verde

Estado de Mato Grosso

C.N.P.J. n.º 33.683.772/0001-24



valores dos orçamentos juntados aos autos, posto que cabe tão somente a solicitante, a concepção do processo, fazer a coleta dos documentos comprobatórios da legítima vantagem aos cofres públicos nesta aquisição, devendo aferir compatível com a realidade mercadológica.

### III – CONCLUSÃO

Diante das considerações supra expendidas, com fulcro o art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, **OPINAMOS** pela **ADMISSÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO** para a contratação da empresa a empresa **J. FONSECA DOMICIANO & CIA LTDA CNPJ.: 06.252.838/0001-59**, apresentou orçamento de **MENOR PREÇO**, no valor de **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, conforme termo de referência, descrição e especificações, para atender a Câmara municipal de Nova Monte Verde/MT.

Contudo, é imperioso ressaltar que, não obstante se tratar de situação de dispensa de licitação, todas as outras condições referentes a esse procedimento devem ser atendidas, tais como: plena capacidade e personalidade jurídica para contratar, capacidade técnica, idoneidade moral e financeira regularidade fiscal etc., enfim, todos os requisitos exigidos na lei para o processo de habilitação da pretensa contratada.

Ademais, é de perspicua relevância que sejam examinadas a documentação comprobatória da habilitação jurídica e a regularidade fiscal da contratada quando da assinatura do contrato, observando-se, outrossim, o prazo de validade das aludidas certidões, conforme exigência dos artigos 27 e seguintes da lei nº 8.666/93.

Impende explicitar, no entanto, que ainda que seja hipótese de contratação direta, é imprescindível atender a formalização do procedimento licitatório, com a consequente celebração do contrato. Destarte, a dispensa deve ser ratificada pela autoridade competente e regularmente publicada, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor competente, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer, salvo melhor juízo, submete este à elevada consideração superior.

Nova Monte Verde/MT, 29 de março de 2023.

  
**Cíntia Laureano Leme**  
Advogada  
OAB/MT 6907-O